

NOTÍCIAS AFRICANAS 64

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 17 A 23 DE JUNHO DE 1994

NESTA EDIÇÃO

- Moeda angolana vale cada vez menos 2
- Governo angolano pretende recuperar a economia 3
- Unita queixa-se de napalm 4
- Angola: a Unita apresenta contraproposta 4
- Moçambique: privatizações 4
- Militares vão voltar a Angola 5
- Engano da aviação mata 150 civis 5
- Carlos Veiga: "Quisemos estabelecer um pacto com a nação cabo-verdiana 6-10
- Escândalo na desminagem 11
- Defesa da "portugalidade" 11
- Início da campanha eleitoral 12
- Uma esperança chamada Mandela 13
- Fracasso à vista 13
- Cimeira dos Sete: Angola, não esquecer 14
- Apenas a 16 dias das eleições 14

ANGOLA

Tudo na mesma

"Estas conversações são uma perda de tempo. Tem que haver um vencedor no terreno. E isso seria um alívio para todos nós." Essas foram as palavras de um dirigente africano sobre a guerra em Ruanda numa das sessões da 30ª Reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada em Túnis recentemente.

Ainda bem que o responsável por essa declaração não fez projeções acerca do melhor andamento a ser dado à crise angolana que pudessem servir de apoio a simpatizantes dessa postura. De acordo com as últimas informações a que tivemos acesso, tem ocorrido um recrudescimento dos conflitos entre as tropas do governo e da Unita. As novas ofensivas estariam relacionadas não só ao andamento das negociações que ocorrem em Lusaca, mas também a um revigoramento da idéia, por muitos defendida dentro do governo, após a retomada de Ndalatando, de que seria possível uma vitória militar sobre a Unita.

A ofensiva militar governamental, respondida em várias regiões de forma imediata pela Unita, contrasta com as declarações de Alioune Beye, representante da ONU, aparentemente preocupado em demonstrar os avanços nas negociações.

A discussão em Lusaca continua sendo pautada pela idéia de cessão ou não, por parte do governo, do controle oficial da província do Huambo à Unita. O governo acredita que a nomeação de um quadro do movimento liderado por Jonas Savimbi para essa província poderia significar a divisão de fato do território angolano. No caso de a equipe governamental conseguir demonstrar a veracidade dessa tese, é provável que possa vir a ganhar o apoio dos observadores internacionais. Estes, após o sucesso,

até o momento, da transição sul-africana, parecem dispostos a evitar um desmembramento do espaço territorial angolano.

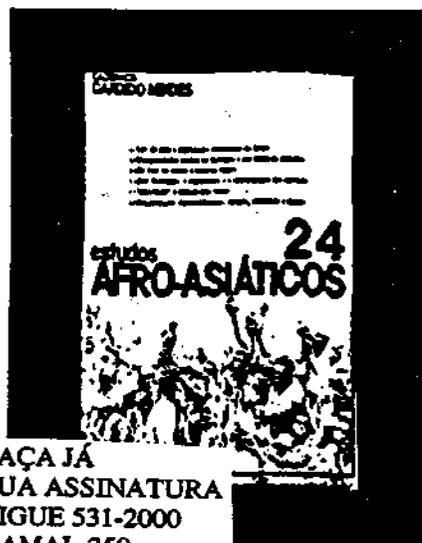
Evidentemente, por se constituir num entrave sério ao prosseguimento das negociações, a questão acerca do governo provincial do Huambo deve ser vista de forma mais ampla. Há quem afirme que Savimbi não admitiria acordo sobre o governo do Huambo, por pretender defender antes de tudo seu quartel-general. Quando nada porque, em caso de retrocesso no andamento do processo, ele serviria de base para sua "saída de emergência", que muitos acreditam ser a divisão do território.

Além do problema do Huambo, e talvez com maior grau de dificuldade para ser solucionado, existe também a questão sobre o futuro estatuto de Jonas Savimbi. A experiência do acordo de Bicesse, em que Savimbi optou por um distanciamento da máquina governamental, deve impulsioná-lo a uma postura diferente num próximo acordo. Certamente Savimbi não esqueceu o poderio demonstrado pelo MPLA por ter acesso às facilidades de quem é governo.

A proximidade de uma nova reunião do Conselho de Segurança da ONU, que irá deliberar sobre a situação angolana, pode servir de estimulante para ambas as partes tentarem uma medida que cause impacto nos meios internacionais, demonstrando flexibilidade e busca por uma solução negociada, ao mesmo tempo em que colocaria em situação delicada o seu oponente.

Entretanto, a movimentação nos meios internacionais, até o momento, não mostra grande entusiasmo por decisões que venham a alterar o quadro interno angolano.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEEA)



FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA
LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Moeda angolana vale cada vez menos

O 1º TRIMESTRE de 1994 foi marcado pelo anúncio de mudanças radicais nas políticas cambial e monetária do Estado.

Em primeiro lugar, os bancos comerciais foram autorizados a fazer operações de câmbio segundo uma taxa que, apesar de fixada administrativamente, está muito perto da taxa livre de mercado.

Em segundo lugar, anunciou-se em meados do mês de Janeiro, um sério combate ao câmbio de rua, utilizando-se para tal uma lei que vigorava desde Abril de 1991. Um pouco mais tarde, o Governo angolano iniciou a discussão e a posterior execução de um programa económico e social que prevê, do ponto de vista cambial, a eliminação do mercado de câmbio de taxas flutuantes e a aproximação progressiva da taxa de câmbio oficial à taxa livre.

Uma medida por que se esperava há muito, visto estar a ser reclamada por um grande grupo de intelectuais angolanos e pela sociedade desde meados de 1992, altura em que se realizou um fórum dedicado a assuntos económicos, promovido pelo próprio executivo do Estado.

Durante o trimestre, continuaram existindo três mercados de câmbio, designadamente, o mercado oficial, o mercado de taxas flutuantes e o mercado livre, vulgarmente conhecido pela designação «mercado paralelo» (ver artigo sobre política cambial em 1993).

Entretanto, apesar de não ter ainda sido extinto formalmente, o mercado de taxas flutuantes deixou de ter a expressão que tinha, uma vez que o Estado deixou de disponibilizar verbas em divisas para o alimentar, como sucedeu a maior parte do ano passado.

O 1º trimestre

É apresentada no presente artigo uma descrição da variação do valor de câmbio da moeda nacional durante o 1º trimestre de 1994, tendo como base a sua relação com o dólar americano.

Os dados respeitantes ao mercado livre foram recolhidos diariamente pelo autor, em vários locais da cidade de Luanda (na rua).

Os dados respeitantes às taxas de câmbio praticadas pela banca foram cedidos pela Direcção de Estudos e Estatística do Banco Nacional de Angola.

O valor da moeda angolana é estabelecido em função da sua relação com o dólar americano. Os dados apresentados dizem respeito ao valor de compra de dólares. A taxa flutuante manteve-se inalterável durante o trimestre, mas ela não foi utilizada em praticamente nenhuma operação comercial.

Quanto ao mercado oficial, foi aquele onde se registou maior variação durante o trimestre.

Desvalorizações

Houve nomeadamente duas desvalorizações durante o mês de Fevereiro, e outras duas em Março. O novo kwanza foi desvalorizado em 96% e 40% no espaço de oito dias em Fevereiro, enquanto que em Março as duas desvalorizações foram da ordem dos 40% cada uma, no espaço de 20 dias.

Em consequência disso, se a 1 de Janeiro, a um dólar correspondia a quantia de NKz. 6.435,64, já a 31 de Março os organismos do Estado e empresas públicas tinham de pagar NKz. 34.650,00 por um Washington, o que equivale a uma desvalorização da ordem de 438%.

O objectivo almejado pelo Governo está a ser paulatinamente alcançado.

Se a 31 de Dezembro de 1993, o valor da moeda no mercado oficial era 16 vezes superior ao seu valor no mercado livre, e um mês mais tarde se elevou para 18,6 em consequência da política de desvalorizações deslizando adoptada pelo Governo, esse valor baixou para 3,7, três meses depois.

Isso não significa de maneira nenhuma que o valor do novo kwanza tenha subido no mercado livre. Muito pelo contrário, e é baixou em 22% nos três primeiros meses do ano.

Enquanto que a 31 de Dezembro último, um dólar americano se comprava nesse mercado por 105 mil novos kwanzas, no último dia de Março já era preciso dar 128 mil kwanzas pela nota verde.

Durante esse lapso de tempo, o novo kwanza atingiu o seu valor mínimo a meio do mês de Janeiro — a paridade de 132 mil kwanzas por um dólar americano.

O valor médio de um dólar americano foi de NKz. 119.640,00 em Janeiro, 120.583,33 em Fevereiro e 124.185,19 em Março.

Os valores praticados nessa al-

tura pela banca foram relativamente próximos desses: 110 mil em Janeiro e Fevereiro, e 117,5 mil em Março.

Estabilidade

Conforme já se disse, o novo kwanza foi desvalorizado em 21,9% nos três primeiros meses do ano no mercado livre. Comparando o valor médio da moeda angolana em cada dois meses consecutivos, pode concluir-se que a taxa de desvalorização da moeda teve um valor elevado (18,5%) apenas em Janeiro.

Em Fevereiro, em consequência sobretudo da aplicação da medida de combate policial ao câmbio de rua, houve uma forte estabilidade no mercado de câmbio, como já não se via há bastante tempo (taxa positiva de 0,8%). Já em Março, a taxa de desvalorização foi de 3%, com tendência para aumentar nos meses seguintes.

Um valor positivo do índice de desvalorização da moeda (IDM) indica uma desvalorização do kwanza na data indicada, enquanto que um valor negativo do IDM dá conta de um aumento do valor da moeda nacional, na percentagem indicada. Os valores médios semanais do IDM se situaram no intervalo (-2, +3).

Houve dois dias no mês de Janeiro em que o IDM teve valores superiores a +4%. Foi, aliás, no primeiro mês do ano que houve grande variação do valor da moeda no mercado livre. Nos dois meses seguintes, o IDM/dia foi sempre igual a zero, salvo uma excepção em Fevereiro e três excepções em Março, quando ele teve valores positivos, apenas num caso superior a 2%.

Contribuíram para travar a elevada taxa de depreciação da moeda registada no ano passado (de

1,418%), as medidas governamentais enumeradas acima.

O 2º trimestre

Com o recentemente aprovado programa económico do Governo, tudo indica que se pretende acabar com a política cambial selectiva que vinha vigorando em benefício de algumas centenas de pessoas e em prejuízo da maioria dos angolanos.

Entretanto, como já vimos, ao invés de se acabar de vez com tais práticas selectivas, optou-se por o fazer progressivamente, fazendo perdurar assim por mais algum tempo essa política selectiva, mas diminuindo o leque de beneficiários.

Mas não é a primeira vez que o Governo angolano aprova um programa económico cuja meta seja a estabilização monetária e cambial.

Se até aqui não tem havido vontade política para execução cabal desses programas, é voz corrente nos meios governamentais que isso não sucederá desta vez. Talvez por isso se tenha optado pela já enunciada política de desvalorizações deslizando no mercado de câmbio oficial de divisas.

O 2º trimestre do ano afigura-se assim como sendo decisivo para verificar até que ponto existe vontade de execução do programa governamental. Por outro lado, mantém-se a esperança de resultados animadores durante as conversações de paz que decorrem em Lusaka.

A pacificação do território trará uma diminuição substancial na taxa de inflação, contribuindo ao mesmo tempo para a diminuição da taxa de desvalorização da moeda.

Paulo de Carvalho
em Luanda

Porto do Lobito cobra dívidas

O porto do Lobito pretende recuperar dívidas no valor de cerca de 1.600 mil dólares, podendo chegar à acção judicial para satisfazer os seus interesses.

O seu director, Carlos Gomes, diz que os principais devedores são a Port-Line, a NDS, o local Manubito e a Agência Angolana de Navegação (Agenang).

Respondendo às reivindicações

dos trabalhadores, que exigem um salário mínimo de 600 mil Novos Kwanzas, Gomes informou que a empresa tem uma conta em divisas no banco português Totta & Açores no valor de 26 mil dólares, insuficiente, segundo ele, para satisfazer as actuais pretensões.

Há um projecto de financiamento do Banco Mundial para reabilitar o «corredor do Lobito» a partir de Setembro.

Governo angolano pretende recuperar a economia

Paulo de Carvalho
em Luanda

INFORMÁFRICA, MAIO/1994

O EXECUTIVO angolano aprovou recentemente um programa que visa relançar a economia do país, depois do caos económico provocado pelo regime de economia centralizada e, mais tarde, pela deficiente gestão pós-eleitoral do ano de 1993.

O programa foi discutido por amplos sectores da população, tendo chegado inclusivamente a ser sancionado pelo Parlamento, onde o MPLA detém a maioria. O «Programa económico e social para 1994» foi elaborado pelo executivo de Marcolino Moco, e pode considerar-se o culminar de um sério trabalho de reflexão iniciado com o encontro sobre economia de Angola patrocinado pelo primeiro-ministro (Junho de 1992) e que levou ao afastamento do anterior homem forte da economia, o ministro das Finanças, tido em muitos círculos como conservador.

O programa, cujo autor principal foi o actual ministro da Coordenação Económica, pode considerar-se um tanto ou quanto ambicioso, se tivermos em conta o facto de não ter havido mexidas no Executivo.

Por outras palavras, muita gente se interroga sobre a viabilidade de execução de um programa de reformas como esse, pelas mesmas pessoas que anteriormente estavam contra elas.

A confirmar essas suposições, está o facto de este não ser o primeiro programa de reformas económicas aprovado pelo Executivo angolano.

Trata-se, contudo, do primeiro desses programas que pode vir a ser executado em cerca de 50 por cento, se tivermos em conta o momento político em que ele foi aprovado e o verdadeiro caos em que a economia angolana se encontra, assim como as convulsões sociais que são de prever num momento como este.

Panorama

O ano de 1993 foi o mais desastroso de todo o período de gestão do MPLA. Segundo dados oficiais, a taxa de inflação acumulada foi durante o ano superior a 1.800%, equivalentes a uma média de 28%, só em Luanda.

A taxa de inflação real acumulada pode estimar-se em cerca de 2.000%, em 1993. Por outro lado, a mo-

eda angolana foi desvalorizada no mercado livre em mais de 1.400%, do primeiro ao último dia do ano, tendo baixado de valor em cerca de 28% ao mês e 1% ao dia.

A política cambial previa a existência de três mercados de câmbio, sendo dois deles com taxas oficiais fixadas administrativamente, beneficiando um grupo bastante reduzido de pessoas singulares e colectivas em prejuízo do consumidor comum (veja-se o artigo sobre o assunto).

Conforme refere o próprio relatório introdutório ao programa, os demais indicadores macroeconómicos disponíveis são francamente alarmantes.

Houve um défice de 28% do Orçamento Geral do Estado (OGE) em relação ao produto interno bruto (superior aos dos anos anteriores, que se situaram abaixo dos 22%), que ocasionou o descontrolo na emissão de moeda.

A política monetária foi desastrosa: para além da emissão vazia de moeda, imprimiram-se e foram postas em circulação notas com valor facial de 50 e 100 mil kuanzas.

As reservas internacionais líquidas passaram de 239 milhões de dólares americanos, em finais de 1992, para 201 milhões negativos, um ano depois.

Isso significa que o Banco de Angola emitiu para o exterior do país meios de pagamento sem cobertura, perdendo o crédito que aí tinha.

A completar o quadro económico nada animador, tanto interna, como internacionalmente, o nível de vida da população baixou assustadoramente. Em meados de 1993, os desempregados constituíam cerca de um quarto da população economicamente activa de Luanda, enquanto que seis em cada dez integrantes dessa população estavam subempregados.

Na função pública, o salário mínimo equivalia, no final do ano, a pouco mais de um dólar americano, enquanto que (por exemplo) quem quisesse alugar um apartamento ao Estado e não tivesse um «esquema» que lhe permitisse desembolsar um pouco menos, teria de pagar ao seu anterior inquilino a quantia mínima de oito mil dólares americanos, visto não haver outra forma de o

conseguir.

O grau de pobreza absoluta é bastante elevado: estima-se em pouco mais de metade da população. A situação sanitária é bastante deficiente (tanto em termos de infra-estruturas, quanto em termos de educação sanitária) e o grau de subnutrição é assustador.

Em consequência do retorno aos confrontos armados e das cada vez mais difíceis condições de vida no meio rural, houve um êxodo massivo da população rural para os meios urbanos. Por outro lado, estima-se em 3,5 milhões o número de deslocados em consequência do primeiro dos factores evocados.

O programa económico

Perante tal panorama e prevendo-se uma acentuada agudização dos conflitos sociais, o partido maioritário não teve outra saída se não aprovar um programa de reformas que lhe permita vir a encarar com menor preocupação as eleições legislativas previstas para 1996.

O programa económico e social prevê acções tendentes a garantir o mínimo indispensável à população, através da diminuição do actual índice de pobreza, assim como a normalização e o funcionamento devido dos órgãos de administração do Estado e dos tribunais.

Do ponto de vista económico, pretende-se negociar a dívida externa e romper definitivamente com os mecanismos administrativos de gestão.

Para isso, procurar-se-á exercer controlo sobre a execução do OGE (o que não sucede faz tempo), adoptar uma política cambial adequada e relançar a produção agro-industrial, procurando assim diminuir os níveis de importação de produtos acabados e gerando emprego.

Quanto à política de preços, o Governo reconhece a necessidade de liberalização. Os preços de bens e serviços passarão assim a ser fixados em função das leis de mercado.

Por outro lado, pretende-se dar os primeiros passos tendentes a transformar o salário em justo preço pago ao trabalhador pelo trabalho que este realiza, ao contrário do que agora sucede - para se ter uma ideia, pode, para além do que já se disse a respeito do salário mínimo, acrescentar-se que o salário mensal de um traba-

lhador da administração pública com formação superior antes da aprovação do programa equivalia a cerca de doze dólares americanos, o que faz com que a maioria da população economicamente activa se veja obrigada a encontrar fontes de rendimento alternativas, sobretudo no sector informal da economia.

O relançamento da economia angolana passa pelo reconhecimento do facto de que Angola é um país fundamentalmente agrícola, facto que, com este programa, começa a ser tido em conta pelo Executivo.

Mas a redução drástica das importações abrange também o sector industrial. Está para isso previsto o recurso ao crédito, por parte do empresariado.

Outro aspecto digno de realce é a melhoria do sistema fiscal, que prevê o combate à fraude e evasão fiscais, os quais têm vindo a retirar receitas aos cofres do Estado, beneficiando algumas pessoas - desde proprietários, a desigualdades sociais provocadas pelo anterior sistema de gestão, aumentar os níveis de acesso à instrução formal e à assistência sanitária e implementar uma política de quotas que prevê a atribuição de prémios e subsídios àqueles que realmente se dediquem ao trabalho.

Para além disso e pela primeira vez nestes últimos 20 anos, pensa-se estabelecer níveis mínimos de consumo, o que por outras palavras significa que se pensa vir a estabelecer um «mínimo social» que permita aos trabalhadores sobreviver um pouco acima do limite da pobreza. Este pode, portanto, ser o ponto de partida para a fixação de um salário mínimo justo, porque assente em dados objectivos.

As principais receitas do Estado provirão da venda de petróleo.

O volume de receitas com tal proveniência estima-se em 27% do total de receitas do OGE para este ano, ou seja, em 59% do montante de receitas em moeda externa. Prevê-se em 2,5% a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB), assim como um crescimento do investimento em 4%, devendo a taxa de investimento em relação ao PIB situar-se perto dos 17%. Quanto ao défice orçamental, prevê-se que venha a corresponder a 4,4% do PIB.

A adopção de um regime de taxa oficial única e flutuante, aliada ao controlo so-

bre a emissão de moeda e ao relançamento da produção de bens e serviços, visa reduzir substancialmente a taxa de inflação.

Estima-se uma redução dessa taxa de 30% em Janeiro para 12,5% em Maio e 2% em Dezembro de 1994, o que corresponde a uma taxa de inflação acumulada de 260% ao ano (178% até ao final do primeiro semestre).

Prevê-se ainda uma reforma monetária «apenas com o objectivo de eliminar o excesso de zeros», para além da diminuição substancial dos subsídios feitos pelo Estado em relação a um bom número de bens - caso dos combustíveis, em relação aos quais o Estado chega a subvencionar mais de 90% do seu preço real.

O incentivo ao investimento (incluindo o estrangeiro), é outra das metas traçadas pelo Executivo.

Aspectos negativos

Quais os aspectos francamente negativos do programa? Julgo haver três que são fundamentais.

Em primeiro lugar, não se pensa dedicar a devida atenção ao sector dos transportes, pedra basilar para o desenvolvimento económico.

No caso de Angola, a ampliação da rede de transportes públicos pode inclusivamente atenuar as convulsões sociais próprias de períodos de reformas como as que se pretende introduzir nos sistemas político e económico.

Uma exagerada descentralização administrativa como a que se prevê no programa é própria de regimes democráticos, sem as características e defeitos que o regime angolano herdou da fase anterior.

Numa altura em que o grau de corrupção nos órgãos de administração pública atingiu níveis tão acentuados, a descentralização administrativa só pode fazer perpetuar por mais tempo esse estado de coisas.

A terceira das dúvidas diz respeito à possibilidade de execução de um programa como o proposto, sem que se façam as necessárias alterações na direcção do Executivo.

Por outras palavras, é de indicar se se pensa realmente poder executar um programa como o proposto, quase que exactamente com quem geriu os destinos do país durante o ano de 1993.

UNITA queixa-se de napalm

PÚBLICO, 7 6 94

A UNITA disse ontem que nos últimos dias a aviação governamental angolana lançou 112 bombas de napalm, fósforo e fragmentação sobre Huambo, Caála, Léua e outras áreas.

Em comunicado assinado pelo chefe do respectivo Estado-Maior, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", aquele partido alegou que durante o fim de semana o bombardeamento governamental causou 103 mortos e 341 feridos.

Numa altura em que as conversações de Lusaca vão já em oito meses e em que alguns admitiam a paz para a primeira quinzena de Junho, o Estado-Maior da UNITA fala ainda de "escala da violência", da qual responsabiliza Luanda.

Por seu turno, a enviada da agência Lusa à Zâmbia, Luísa Ribeiro, escrevia ontem que "o espírito de reconciliação à mesa negocial parece dia a dia cada vez mais difícil de obter".

Nem as conversações do primeiro semestre do ano passado em Abidjá nem as que desde Novembro decorrem em Lusaca foram até agora capazes de repor o espírito de entendimento que de Abril de 1990 a Maio de 1991 se procurara criar em Portugal, durante sucessivos contactos.

Os incidentes verificados nas cinco semanas após as eleições presidenciais e legislativas de Setembro de 1992 prejudicaram de tal modo toda a dinâmica da paz que houve um verdadeiro retrocesso aos tempos anteriores a 90,

quando as duas forças maioritárias da sociedade angolana se digladiavam uma à outra a iam destruindo o país.

Hoje em dia Angola encontra-se num estado caótico, onde as receitas do petróleo e dos diamantes quase só servem para financiar a guerra, não havendo recuperação de estradas nem de cidades e vilas afectadas pelos combates, não havendo novas escolas e hospitais nem muitas outras infra-estruturas essenciais a qualquer país minimamente desenvolvido.

O receio de alguns observadores é que a paz ainda demore largos meses a consolidar-se e que as sequelas de um longo conflito só possam ser ultrapassadas daqui a muitos anos. ■

África do Sul na OUA

PÚBLICO, 7 6 94

A ORGANIZAÇÃO da Unidade Africana (OUA), que durante muito tempo combateu o "apartheid", admitiu ontem oficialmente a África do Sul como o seu 53º membro. O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, e a sua delegação foram aplaudidos depois de a admissão ter sido aprovada pelo Conselho de Ministros da organização, reunido em Tunes, capital da Tunísia.

"Podemos dizer hoje que os nossos sonhos se tornaram realidade, pois sempre desejámos uma África do Sul democrática, não-racial e unida, que fortalecesse a nossa organização", sublinhou o secretário-geral da OUA, que é o tanziano Salim Ahmed Salim. ■

Angola: a UNITA apresenta

contraproposta

PÚBLICO, 9 6 94

A UNITA apresentou ontem uma contraproposta parcelar à listagem dos cargos de poder, central e local, apresentada pelo Governo angolano, acrescentando "algumas sugestões" mas voltando a insistir nas posições que ganhou no terreno militar.

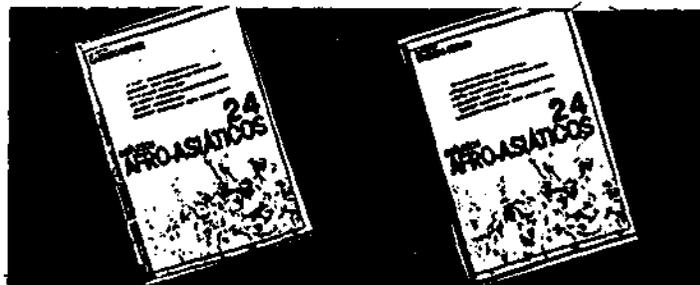
Segundo fontes das negociações citadas pela agência Lusa, foram aceites os quatro ministérios, respectivamente da Saúde, Comércio, Geologia e Minas, e Hotelaria e Turismo, e os vice-ministérios da Defesa, Interior, Finanças, Agricultura, Reinscrição Social, Obras Públicas e Comunicação Social. Mas a UNITA quer um governador seu no Huambo e um vice-governador em Malanje, e a troca de uma das embaixadas oferecidas, a da Alemanha, pela do México.

Quanto ao poder local, a organiza-

nização rebelde pediu alterações em 13 das 30 administrações municipais propostas, em 13 das 35 vice-administrações e em 34 das 75 administrações comunais.

O facto de as alterações sugeridas pela UNITA incluírem cargos em que a sua administração teria a "legitimação" da ocupação militar prévia levou uma fonte que acompanha as negociações na capital da Zâmbia a afirmar que se trata do regresso à "teoria de Abidjan", a capital da Costa do Marfim onde fracassou a ronda negocial anterior.

O agravamento dos confrontos entre forças governamentais e da UNITA tornou entretanto o trabalho humanitário em Angola "extremamente difícil", afirmou ontem, em Genebra, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). ■



Moçambique: privatizações

EMPRESÁRIOS privados moçambicanos agrupados na respectiva agremiação (Aeprimo) manifestaram-se profundamente preocupados pela posição do Governo em relação ao sector privado.

De acordo com o seu vice-presidente Egas Mussanhane, os fundos disponibilizados pela comunidade internacional para programas de desenvolvimento não contemplam o sector privado.

Mussanhane considera que o fenómeno constitui um paradoxo, uma vez que nas suas negociações com a comunidade internacional, o Governo tem sublinhado o papel do sector privado no desenvolvimento económico do país. Aquele dirigente associativo, quando da apresentação do actual programa de reconstrução nacional, referiu-se à contemplação de um lugar de destaque para o sector privado como parceiro-chave na promoção do desenvolvimento do país.

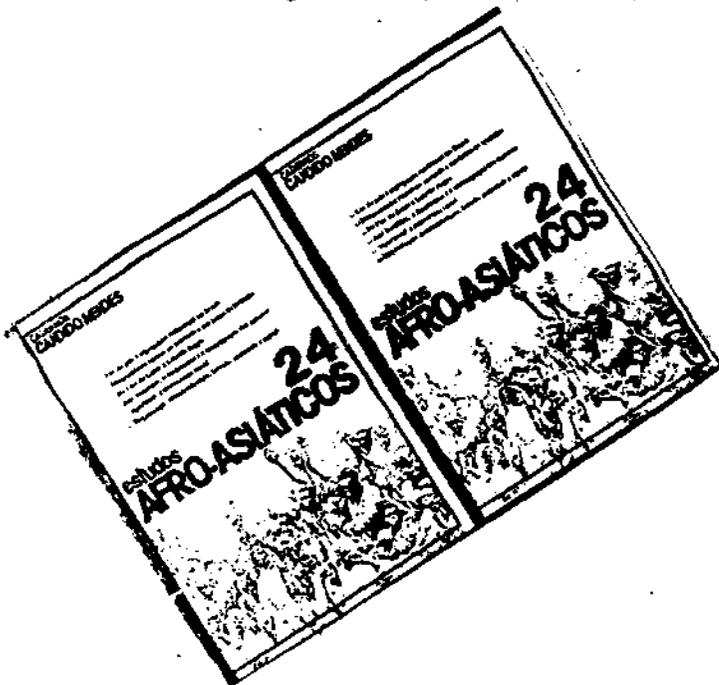
Um «workshop» para mulheres moçambicanas empresárias recentemente realizado em Maputo com o patrocínio da Organização Internacional do Trabalho, constatou também que a OIT, principal parceiro da Aeprimo na promoção do sector empresarial, não tem sido pragmático nas suas acções em Moçambique, contrariamente

ao que sucede no Zimbabwe e Namíbia, países relativamente recém-independentes.

Em relação a esse assunto, Mussanhane foi mais longe ao afirmar: «há sete anos que tenho trabalhado directamente com a direcção máxima da OIT, em Genebra, mas nenhum projecto foi concretizado. Sei que na Namíbia, a OIT está muito envolvida em projectos concretos. Na reunião de Junho não vai ser surpresa ouvirmos que esta organização dispõe de avultados fundos para a África do Sul (que acaba de 'enterrar' o sistema de apartheid com a vitória e subida do ANC nas recentes eleições multirraciais)».

Comentando a preocupação, um representante da OIT ao encontro afirmou que o grande problema de Moçambique «é a falta de uma tradição empresarial», o que inviabiliza a concentração de empreendimentos porque não parecem utilizadores de fundos.

Segundo a mesma fonte, o Executivo moçambicano está ciente desta realidade e a OIT compreende que a criação de um sector empresarial privado sólido vai levar muito tempo. Presentemente, os projectos da OIT em Moçambique resumem-se apenas ao enquadramento de ex-mineiros despedidos e repatriados da África do Sul.



Livro branco da Defesa Nacional apresentado por Cavaco e Nogueira aponta acções de cooperação para as Forças Armadas

Militares vão voltar a Angola

César Camacho

Cavaco Silva e Fernando Nogueira apresentaram ontem o livro branco da Defesa Nacional. Nogueira foi o orador e invocou a necessidade de se mudar o "conceito de soberania". Anunciou a possível participação de Portugal numa força da ONU em Angola e a próxima celebração de acordos de defesa com o Brasil.

Fernando Nogueira admitiu ontem a possibilidade de Portugal vir a participar na Unavem III, a força de capacetes azuis que se estima venha a ser colocada em Angola, na apresentação oficial do livro branco da Defesa Nacional,

PÚBLICO, 10.6.94

com o título "Defesa de Portugal". Foi um acto político pacífico, sem ser tocado pelos fervores da campanha eleitoral — tratava-se de defesa, segurança e Forças Armadas, um tema que mereceu o recato do Forte de São Julião da Barra.

Na comunicação feita pelo ministro da Defesa invocaram-se inadiáveis exigências de mudança, a começar pelo conceito de soberania. Para o ministro da Defesa, hoje "não é credível defender um conceito estático de soberania que envolva apenas as acções no interior da fronteira territorial".

O documento contém as grandes linhas da política de defesa e deu algum destaque a um programa de cooperação com a África e com o Brasil, para lá dos compromissos que resultam da presença de Portugal na NATO e na UEO. Com o Brasil desenha-se um projecto que pode culminar na constituição de uma força

militar luso-brasileira destinada a actuar em acções de paz. Será este um dos motivos que traz a Lisboa, na próxima semana, o chefe de Estado-Maior Gene-

ral das Forças Armadas brasileiras. A atenção que o livro dedica à conjuntura internacional é, segundo o ministro, um modo de "ajudar a compreender os empenhamentos externos das Forças Armadas, na defesa de interesses nacionais".

Daí a necessidade de mudar ou ajustar conceitos, devendo combater-se "alguns que persistem em defender a exclusividade do conceito estereotipado de soberania de há 300 anos". Para o Governo esse comportamento seria lesivo dos interesses nacionais, ao não entender "as novas dimensões da segurança internacional que incluem questões relacionadas com o ambiente, com o acesso às fontes de energia, os direitos humanos, o tráfico, o terrorismo e a proliferação de armamentos". O ministro enunciou a actual situação da participação portuguesa nos processos de paz na ex-Jugoslávia, Angola e Moçambique.

Fernando Nogueira, ontem à tarde, levou consigo o primeiro-ministro, toda a

hierarquia superior das Forças Armadas, os deputados da Comissão Parlamentar de Defesa e representantes do Grupo de Reflexão Estratégica. Convidados especiais foram Soares Carneiro, (ex-CEMGFA) o professor Adriano Moreira, o general Melo Egidio (outro ex-CEMGFA). Ausência, aparentemente esperada, foi a do general Lemos Ferreira, o antecessor de Soares Carneiro no comando das Forças Armadas.

Depois da exposição formulada pelo ministro da Defesa, Cavaco Silva limitou-se a um breve comentário: "O documento contém as grandes linhas da política de Defesa Nacional, consensuais, inscritas no programa do Governo e que obteve o apoio maioritário dos portugueses." Cavaco falou da necessidade de informação objectiva em matéria de defesa e Forças Armadas. Tudo isso está no livro branco, iniciativa que foi por si directamente apoiada.

Os 14 mil exemplares do documento vão ser distribuídos pela rede de escolas de ensino secundário e universitário e pelas bibliotecas de todo o país. ■

Engano da aviação mata 150 civis

PÚBLICO, 10.6.94

PELO menos 150 civis angolanos foram mortos em bombardeamentos da aviação governamental perto de Waku-kungo, na província do Kwanza-Sul, a norte da do Huambo, declarou ontem a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora da UNITA.

Duas centenas e meia de pessoas ficaram feridas pelos estilhaços das bombas, segundo a mesma fonte.

Num comunicado transmitido na quarta-feira pela Rádio Nacional de Angola, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, já reconheceu que um caça-bombardeiro alvejara civis, "por engano", sem no entanto fazer nenhum balanço das vítimas.

"Está em curso um inquérito sobre as causas do incidente", acrescentara então o

general João de Matos, segundo o qual os caças-bombardeiros andavam numa operação contra posições da UNITA, que é dominante no Planalto Central.

Por outro lado, o "Jornal de Angola", que se publica em Luanda, dava ontem conta de novos confrontos entre forças governamentais e da UNITA na província de Malanje, algumas centenas de quilómetros a Leste da capital.

No Kuito, capital da província do Bié, a Leste do Huambo, também se continua a lutar, apesar de desde há muitos meses já não haver na cidade nenhum prédio incólume aos estragos da guerra.

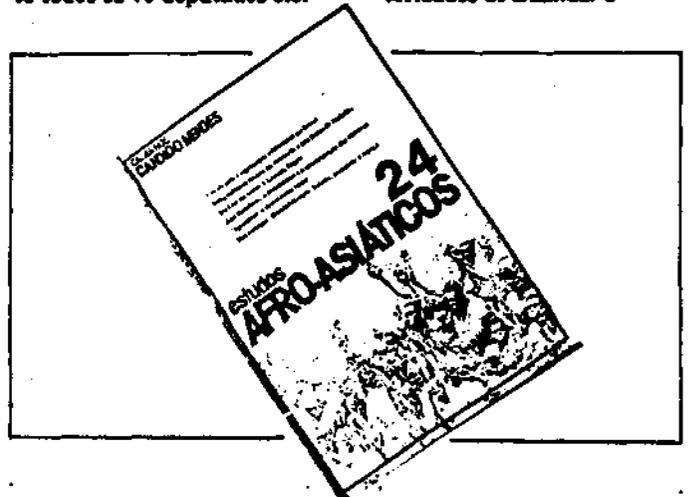
Por outro lado, o chefe do Estado-Maior General das forças da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", acusou os governamentais de haverem lançado ontem bombas de fósforo e na-

palmas sobre a própria cidade do Huambo, tendo causado 16 mortos e 35 feridos.

Enquanto isto, em Lusaca, capital da Zâmbia, onde desde há sete meses se procura negociar a paz para Angola, continua o debate iniciado na semana passada sobre a forma como irão ocupar o seu lugar no Parlamento todos os 70 deputados elei-

tos pela UNITA em Setembro de 1992.

O partido de Jonas Savimbi não quer aceitar que continuem no cargo os sete deputados que actualmente tem em Luanda, mas pretende que regressem ao Parlamento aqueles que entretanto renunciaram ao mandato, por se sentirem como que reféns das autoridades de Luanda. ■



Carlos Veiga em exclusivo ao Novo Jornal

“Quisemos estabelecer um pacto com a Nação cabo-verdiana”

Com a aprovação da moção de confiança apresentada pelo governo, garantiu o primeiro-ministro ao NJC, o MpD quis “estabelecer um pacto, uma parceria, através do parlamento, com a Nação cabo-verdiana”.

Depois do imenso desgaste sofrido em 1993, assinalou Carlos Veiga, o seu partido está consciente das responsabilidades assumidas e que terá que cumprir e de poder levar o seu programa até ao fim, por forma a conseguir a maioria absoluta nas próximas eleições, o que, a seu ver, “seria bom para Cabo Verde”.

NOVO JORNAL, 11.6.94

ARMINDA BARROS

P — Como se sente, o sr. primeiro-ministro, após a aprovação da moção de confiança pelo parlamento?

R — Sinto-me tranquilo, mais confiante e ainda com maior empenho do que antes, para prosseguir na mesma linha e com o programa que estamos a executar. Depois de termos sido, todos esses meses, bombardeados, juntamente com a sociedade cabo-verdiana, com suspeições e com ataques que punham em causa a legitimidade, a força e a capacidade do Governo em levar por diante o seu programa, o parlamento votou o nosso relatório de actividades e aprovou a moção de confiança que lhe apresentámos. Se, por um lado, isto desmente os prognósticos da oposição, por outro, confirma o que, repetidas vezes, dissemos: temos a maioria, estamos em condições de levar o programa até o fim e o balanço do nosso trabalho é globalmente positivo.

P — Foi, de facto, uma moção da discórdia?

R — De forma alguma. Foi sim um voto claro de confiança. Não fomos à procura de unanimidade, porque sabíamos que as oposições votariam contra. Queríamos que assumissem, publicamente, essa posição, ou seja, que assumissem os custos respectivos em termos de imagem junto do eleitorado. Contávamos com os 42 votos, mais do que suficientes, o que, realmente, acabou por acontecer. Muitos governos democráticos do mundo desenvolvido gostariam de ter, de facto, a maioria que temos.

As razões da moção de confiança

P — Por que motivo apresentou a moção de confiança, se, por duas vezes, ficou provado que a sua bancada detinha a maioria no parlamento?

R — Essa pergunta teria razão de ser se tivéssemos apresentado uma mo-

ção de confiança em branco, o que até poderíamos fazer. A Constituição e a lei não obrigam a fundamentar uma moção de confiança. Poderíamos, pura e simplesmente, dizer: queremos a confiança do parlamento, porque tínhamos a maioria, aliás confirmada nas duas primeiras votações.

Quisemos estabelecer um pacto, uma parceria, através do parlamento, com a Nação cabo-verdiana, para realizarmos aspectos fundamentais do programa. Não é uma tarefa só do governo, devendo nela estar envolvidos os órgãos de soberania e a Nação cabo-verdiana.

Foi esse o sentido do voto e da moção que apresentámos perante o parlamento. Como eu disse a seguir à apresentação da moção, trata-se de um contrato muito exigente para nós, que nos obriga a assumir responsabilidades enormes.

P — E terá condições, nos próximos 18 meses, para cumprir tudo o que ali promete?

R — São soluções perfeitamente exequíveis, algumas delas já em curso e outras prestes a iniciar-se. Existem condições para que o governo trabalhe com serenidade, sem que questões laterais o possam distrair.

Agendamento e legalidade

P — No que se refere ao aspecto processual da apresentação da moção de confiança, as oposições dizem que Amílcar Spencer Lopes não foi isento, sabendo não haver os três dias seguintes exigidos para o seu agendamento, conforme reza o artigo 202 nº 1 do Regimento da AN.

R — Acho que as oposições dizem isso por conveniência. É claro que o artigo 202 se integra numa secção que diz moções de confiança e diz que o agendamento deve ser feito para o terceiro dia parlamentar posterior à apresentação, mas penso que é preciso conhecer a totalidade dos artigos que se referem às moções de confiança e podemos, em primeiro lugar, ir à Constituição e verificar, comparando os artigos 212 e 213, que enquanto a Constituição

impõe para a moção de censura um período de reflexão de três dias, para a moção de confiança não o impõe. Isso não é por acaso. Encontramos o mesmo na Constituição portuguesa, na Constituição francesa e em várias outras que heberam sobretudo na francesa. Qual é a razão? É preciso primeiro perguntar porque é que há esse tratamento diferenciado logo na Constituição. Porque é que a Constituição exige para a moção de censura um período de espera de três dias e não exige para a moção de confiança?

Não pode ser uma coisa sem importância, não pode ser uma coisa despreciosa. Se isso é feito na Constituição, é porque há uma razão forte e ela é explicada muito claramente por autores, por exemplo, portugueses ou franceses. A razão de ser é a seguinte: enquanto na moção de confiança é o governo que põe em causa a sua própria subsistência, apresentando-se voluntariamente perante a Assembleia, correndo o risco de ser demitido, na moção de censura a iniciativa é parlamentar. Trata-se de assegurar que não aconteça aquilo que dois autores portugueses, Gomes Canotilho e Vital Moreira, chamam de golpe de mão parlamentar. Essa a razão: evitar que, por uma votação imprevista, a estabilidade governativa - um valor fundamental em democracia - possa ser posta em causa, e isso leva que uma moção de censura não deva ser discutida e votada imediatamente e que seja necessário assegurar um mínimo de tempo de reflexão também para a preparação do debate.

Essas razões, sobretudo a primeira, não se põem numa moção de confiança, que é apresentada pelo governo e não tem que se defender o governo dele próprio. Se ele é que apresenta, deve-se de facto discutir. O nosso Regimento, em condições normais, também vai, à semelhança do que acontece com a moção de censura, estabelecer esse período de espera para permitir o debate.

Continua na pág. 7

Continuação
da pág. 6

“Quisemos estabelecer um pacto com a Nação cabo-verdiana”

Mas o nosso Regimento prevê além da situação geral da moção de confiança autónoma, desligada de tudo mais, duas outras situações especiais de moção de confiança — quando se apresenta o Programa do Governo e quando se discute o relatório de actividades. E nesses casos especiais, que estão expressamente previstos nos artigos 196 e 200 do Regimento, expressamente se diz também que não há que esperar os três dias.

O 196 é perfeitamente claro e diz que terminado o debate do Programa do Governo, vota-se. O Regimento português é ainda mais claro. Ele diz isso e diz: se alguns dos grupos parlamentares pedir, poder-se-á dar mais uma hora só. Porquê? Porque nesses casos especiais não há razão para prolongar o debate. O debate já se fez, a moção é o remate, é o corolário, é a consequência, a conclusão do debate sobre o Programa do Governo ou sobre o relatório de actividades. Daí que não se justifique nenhum período de espera e de reflexão. Daí que, desmentindo a Lusa, segundo a qual o Regimento é claro sobre a obrigatoriedade absoluta da espera de três dias, o artigo 196 diga expressamente que a votação se faz terminado o debate e o artigo 200 n.º 2 também diga sensivelmente o mesmo. Com toda a lógica porque o debate já se fez: a moção de confiança transmite de certo modo o resultado do debate sobre o Programa do Governo ou sobre o relatório de actividades.

A lógica e as conveniências

P — Então, como é que explica a insistência dos seus opositores em pegar exactamente do 202 n.º 1) para fundamentar o contra-argumento deles?

R — A questão que se põe é como disse: há conveniências. No fundo, toda a gente que esteve na Assembleia viu que a votação, tendo ela sido feita no sábado, no domingo, na segunda, na sexta, na quarta ou na quinta, daria o mesmo resultado e a oposição o sabe.

Quando a oposição arranjasse tipo de argumentação jurídica para tentar evitar uma tomada de posição política, é porque sabe que politicamente estava derrotada. Tenta encontrar, para se justificar, algum pretexto para desviar a atenção da sua própria derrota ou para ofuscar a vitória do adversário, como foi o caso da moção da confiança.

P — E ofuscou essa vitória?

R — Não, mas pergunte às pessoas na rua.

P — O abandono da sala no mo-

mento da votação, a seu ver, não teria ofuscado essa vitória?

R — Não, porque a votação seria a mesma. Na moção, o que interessa é ela ser ou não aprovada. Em França, por exemplo, na moção de censura só se contam os votos a favor. O abandono da sala não alterou nada, porque com eles ou sem eles na sala a votação seria a mesma.

P — Um outro argumento apresentado pelos seus opositores diz respeito ao facto de temer a espera desses três dias porque deputados da maioria deveriam ausentar-se do país em missão de serviço, o que poria em risco a maioria do MpD.

R — Era muito fácil dizer a esses deputados que teriam que estar presentes, a sessão deveria prolongar-se até ao fim, se fosse necessário, os deputados não saíam. Mesmo nessa coisa das substituições, estão a contestar por contestar e sabem que, na pior das hipóteses, chamaríamos os efectivos, Jacinto Santos, da Praia, e Jacinto Furtado Miranda, do Tarrafal. Foi um pretexto apenas.

A questão das substituições

P — Acha que é somente um pretexto, quando os subscritores dessa iniciativa vão recorrer dessa decisão ao Supremo Tribunal de Justiça?

R — Vamos ver. Isso também faz parte de todo o espectáculo, mas a realidade é essa, porque com ou sem a presença dele a votação seria a mesma. Viu-se em votação aberta, viu-se em votação secreta. Podem, portanto, recorrer ao STJ e nós iremos defender as nossas posições também lá. Mesmo que não tivéssemos razão — só como hipótese ponho isso — poderíamos suprir essa situação, chamando os presidentes das Câmaras da Praia e do Tarrafal. E pronto! Eles é que são os efectivos, eles é que foram eleitos.

P — Sendo assim, como ficaria a situação da deputada Elisabeth Silva?

R — Se o Jacinto Santos entrar, a deputada Elisabeth Silva sairá, naturalmente.

P — De qualquer modo, ela foi contestada pelo facto de ter sido eleita pela lista dos suplentes.

R — Ela está desde 91 e não se lembraram de contestar o lugar dela desde a primeira sessão. Porque só agora o fazem, quando já houve diversos casos de substituição? Não, não têm, de facto, razão. A este respeito, o Regimento é absolutamente claro. O Regimento é também claro a dizer que a

composição das Comissões Especializadas é feita em função dos votos dos partidos, mas o PAICV quis dar uma solução diversa daquela estatuída, para dar campo e entrada aos deputados independentes. Nós dissemos não, metam os deputados independentes então nas vossas listas, como fizemos. Mas, aí já o Regimento não servia, de modo que são pretextos e argumentos que nós utilizamos em advocacia. Também os utilizo e sei perfeitamente quando a gente quer, na realidade, não ver ou tentar obnubilar determinado tipo de situação, há muitas vezes argumentos processuais que se utilizam.

O que não está certo é que as pessoas veiculem como posição incontestável e incontestável essa de reduzir a moção de confiança ao artigo 202 e ignorar o 196, o 200 e a Constituição completamente.

P — No caso dos deputados afectos à ex-lista B tornados independentes, justificava-se a rectificação do Regimento, uma vez que já não eram do seu grupo parlamentar?

R — A questão não é dos independentes. E se amanhã houver uma situação semelhante mesmo dentro do PAICV, como é que se faria? A questão é a clarificação do sistema. Não faz sentido que uma pessoa, que já não pertence ao partido que sustenta o grupo parlamentar, que até, pelo contrário, se posiciona contra esse partido, não faz sentido, dizia, que essa pessoa permaneça dentro do mesmo grupo parlamentar. Já viu? Em toda a parte do mundo, quando as pessoas saem de um partido, saem automaticamente do correspondente grupo parlamentar. Isso, às vezes, nem é imposto, é uma questão de ética. Não sai do parlamento, continua como deputado independente, mas tem que sair do grupo parlamentar. Isso é elementar.

A maioria do MpD

P — Tinha dito muitas vezes que não iria apresentar uma moção de confiança. Ao apresentá-la, afirmou tê-lo feito porque quer o PAICV, quer os independentes manifestaram que não iriam apresentar uma moção de censura. Foi um mudança de atitude ou uma estratégia do político?

Continua na pág. 8

Continuação

da pág. 7

"Quisemos estabelecer um pacto com a Nação cabo-verdiana"

R — A afirmação nunca foi feita assim. Dizíamos, quando a pergunta nos era feita, que competia à oposição apresentar a moção de censura, porque era certa a confiança que o parlamento deposita em nós. Claro que essa frase podia ter várias leituras. Naturalmente que na questão da confiança a surpresa é importante. Em termos de estratégia política era importante que, de facto, a surpresa funcionasse a nosso favor. Em termos de objectivos políticos, seria preferível que fosse a oposição a apresentar a moção de censura e, caso acontecesse, seria derrotada muito claramente.

Para nós, ficou claro que a oposição não a iria apresentar, apesar do seu discurso de ilegitimidade, de incompetência, de paralisia. O líder da oposição disse-o no parlamento de uma forma muito expressa, sexta-feira, de manhã. Não nos restava, diante disso, outra solução, ali para que pudéssemos definitivamente pôr termo às tentativas de desestabilização que vinham decorrendo desde 1993. Era necessário que de facto o parlamento dissesse de um modo muito claro: temos confiança no Governo, não é uma confiança bulofa, porque dado em branco, mas uma confiança na base de um programa concreto.

P — A apresentação dessa moção também não foi uma forma de gerir essa maioria que detém, de três/quatro deputados, uma maioria precária, apesar de se dizer que ela é solidária, absoluta?

R — Se algum dia for julgado útil, seria bom que fizesses uma reportagem no seio do grupo parlamentar. Tivemos dificuldades quanto tínhamos 56 deputados e isso foi visível nas sessões plenárias em que apareciam intervenções de deputados da maioria que eram mais virulentas do que as dos da oposição. Hoje, de facto, estamos mais coesos. Toda a situação por que passou o MpD reforçou extraordinariamente a coesão do partido e do grupo parlamentar. Quer ao nível do MpD, quer ao do grupo parlamentar, não temos nenhum problema em gerir a nossa maioria. Estamos coesos. Os problemas são discutidos intensamente.

P — Como será essa gestão no caso de ausência de deputados por motivo de doença ou qualquer outro de força maior?

R — Temos 41 deputados, agora um outro, que já afirmou, publicamente, além de já o ter demonstrado, que está com o programa do MpD. Agora temos essa preocupação. Podem sair um ou dois deputados e temos a possi-

bilidade de os substituir rapidamente.

P — Estará, então, desmentindo a acusação segundo a qual tem hoje uma maioria parlamentar à custa de benesses do poder?

R — Que benesses? Essa é outra acusação que me é feita por algumas pessoas, que pensam que em política a gente serve-se. Sintomaticamente os mesmos que há pouco tempo me acusavam de não dar benesses às pessoas do MpD, de não dar atenção aos "pedidos" dos militantes do MpD, etc. Nós não distribuimos benesses a ninguém e basta ver as pessoas que lá estão e ver as que estão na bancada dos independentes e ver se andamos a distribuir benesses aos nossos e não aos outros. Isso tem muito que se lhe diga e se as pessoas persistem em falar nessas coisas, qualquer dia, numa determinada oportunidade e em locais próprios, saber-se-á quem, de facto, faz benesses.

A postura das oposições

P — No caso da minoria, ou das oposições, que leitura faz do comportamento da ex-lista B e do PAICV na sessão ora finda?

R — Enquanto presidente de um partido, crítico, por exemplo, a aliança clara e inequívoca que existe entre o PAICV e o grupo dos independentes.

P — Com que fundamentos afirma isso?

R — Fundamento em tudo aquilo que se passou na Assembleia: idêntica postura, idêntico comportamento, idêntica votação, idêntica argumentação. O que crítico como homem e como democrata foi o propósito evidente de desprestigiar a instituição, de baixar o nível do debate, de desrespeitar os titulares dos órgãos. Penso que é possível criticar, mas criticar correctamente, com respeito pelas pessoas e pelas instituições e esse respeito nem sempre existiu por banda dos deputados, sobretudo do PAICV.

O pacto

P — Diz que há pacto e, da mesma forma, Eurico Monteiro teria dito, porque não acreditar no NJC quando também falou de pacto entre ele e Carlos Veiga. Houve ou não essa tentativa de negociar com os seus ex-cumpanheiros?

R — Já expliquei isso numa entrevista pela rádio muito claramente. O sr. presidente da República fez-me saber que o dr. Eurico Monteiro estaria disponível para que a gente pudesse conversar sobre a sessão parlamentar que iria ter lugar, sobretudo na perspectiva de garantir aos independentes algum espaço de intervenção. Eu disse ao sr. presi-

dente que também eu estava disponível para essa discussão e que eu próprio iria contactar o dr. Eurico Monteiro, o que fiz.

Telefonei-lhe e disse-lhe: olha, o sr. presidente informou-me que vocês têm uma proposta, nós gostaríamos de a conhecer e ele respondeu-me que tinham a proposta, mas que queriam dar-lhe alguns retoques, na segunda-feira, após o que ma enviaria.

Na segunda-feira de manhã, o Novo Jornal já tinha a proposta e fez o contacto aqui para o meu gabinete com o meu assessor de imprensa para saber se eu tinha conhecimento da proposta e o que é que eu dizia. Podi ao meu assessor que dissesse que eu sabia que viria uma proposta, mas que não a tinha recebido ainda e que, naturalmente, não ia exprimir a minha posição, naquele momento. Na segunda-feira, à tarde, recebi a proposta e da simples leitura vi que era inaceitável. A criação de um agrupamento de deputados independentes é inaceitável, é uma subversão completa de todo o sistema estabelecido na Constituição, que se baseia em candidaturas apresentadas pelo partido. Não queremos deputados calados, queremos deputados que possam exprimir-se. Na terça-feira, telefonei ao dr. Eurico Monteiro, mas antes de lhe falar do assunto, perguntei-lhe pelo seu pai que se achava doente e ele disse-me: acaba de morrer, e então, avancei, dizendo: pronto, dou-te os meus sentimentos, não vamos falar de outros assuntos, depois falaremos.

Bem, eu parti do princípio que o dr. Eurico estava de nojo, não o contactei mais até que, na sexta-feira, quando saí das jornadas parlamentares verifiquei que ele estava na Assembleia. No sábado ou no domingo, entrei em contacto com ele por carta e dizer-lhe: olha, a vossa proposta, nós consideramo-la inaceitável, mas estamos disponíveis para discutir convosco a questão de disponibilizarmos tempo para que os deputados independentes falem, para discutirmos a participação dos deputados independentes nas Comissões Especializadas e em representações da Assembleia e designei — na carta também dizia isso — os drs. Gualberto do Rosário e José António dos Reis para discutirem com eles.

No dia da abertura, o nosso líder parlamentar contactou com o dr. Eurico Monteiro para discutirem a questão. Marcaram até a hora para o fazer, não foi possível, não sei porquê. Mas não

Continua na pág. 9

Continuação
da pág. 8

“Quisemos estabelecer um pacto com a Nação cabo-verdiana”

foi, certamente, por indisponibilidade da nossa parte. Marcaram uma segunda hora, também não foi possível, e acabaram por não se reunir, portanto, é isso que existe e mais nada.

Não houve negociações, não nos sentámos à mesa, mas havia disponibilidade de a gente conversar e estamos sempre dispostos a fazer isso com toda a gente, não temos nenhum complexo, nenhum preconceito a esse respeito.

Agora, a verdade é que foi nítido, evidente, para toda a gente, que a argumentação do PAICV e do grupo dos independentes era a mesma, os objectivos os mesmos, o comportamento o mesmo. Havia actuações concertadas: aquando do Relatório do Governo falou, essencialmente, o PAICV e na altura em que se discutiam as questões de mandato falavam, sobretudo, os independentes.

Polémicas e inquéritos

P — Foram os independentes a trazer à sessão legislativa questões polémicas, concretamente no que se refere à substituição dos deputados e à questão da adjudicação das obras públicas...

R — Tudo isso era esperado. Essa polémica já existia, pois já estava na comunicação social. Quem levou polémicas fomos nós. Nós é que insistimos, por exemplo, para se debater a questão da liberalização do cimento e vimos a oposição a tentar, por todas as formas e a utilizar todos os pretextos processuais, para não a discutir.

Nós é que insistimos, estamos a fazê-lo, há bastante tempo, para que, definitivamente, se conclua os inquéritos sobre o cimento. Se a oposição o quiser, podemos discutí-lo publicamente porque sabemos que estamos com a razão. Enquanto isso não se fizer, a suspeição ficará no ar e é isso que a oposição pretende.

P — Recentemente, em entrevista à RNCV, defendeu que os resultados quer de um como do outro inquérito iriam constituir bomba. Em que sentido?

R — Vão dar bomba porque iremos demonstrar que tudo aquilo que se tem dito durante todo esse tempo não corresponde à verdade. Pelo contrário, vamos demonstrar que houve componentes, claro, que não são da nossa parte, inaceitáveis em todo esse processo.

P — Da parte de quem?

R — De pessoas que não estão conosco.

P — Está a afirmar que, quer no caso do embaixador, quer no do cimento, o seu governo pode sair iliba-

ção de confiança, que, no fundo, é a transcrição do tal famigerado plano secreto.

P — E quais os maiores triunfos de que dispõe o executivo?

R — Os maiores triunfos são um programa económico bom que está a dar resultados, a retoma da economia, o do?

R — Estou, absolutamente, convencido disso.

P — Ainda nessa sessão, um novo inquérito parlamentar foi mandado instaurar sobre a adjudicação de obras públicas. Será mais um escândalo?

R — Acho que não. Os escândalos têm sido apresentados na base de suspeições, sem factos. Queremos que isso fique claro e penso que é mais uma batalha perdida por parte dos nossos adversários. Estamos absolutamente tranquilos e desejamos que isso se faça com a maior urgência. Não queremos que aconteça como o inquérito do cimento, que devia ser concluído em 90 dias e que vai ser concluído um ano depois. Queremos que seja concluído dentro do prazo e não queremos que, como no inquérito do cimento, se venha agora a dizer que, afinal, a importação feita pela Nordicave no navio Grivita era legal à partida. Não queremos que isso volte a acontecer. Faz-se um inquérito de algo que é legal à partida? Então que interesses estão por detrás desses inquéritos? E essa afirmação é feita num pretensoso relatório que foi distribuído a todos nós.

Na mira de 96

P — Para muitos, seus adeptos, sobretudo, 1994 foi um ano da vitória do MpD, sobretudo de Carlos Veiga, ao reconfirmar-se na liderança do partido com a III Convenção e na chefia do governo com a moção de confiança. Partilha essa opinião, eu diria até, esse optimismo?

R — Sou optimista e com os pés no chão. Estou tranquilo e acho que, como sempre afirmei, temos condições para realizar o nosso programa e encarar as eleições de 96 com serenidade. Foi uma vitória do MpD que, depois de sofrer um desgaste imenso durante 1993, aparece agora com 49% de intenções de voto e o governo a satisfazer, pelo menos, 52% do eleitorado. Creio que é um resultado notável.

P — Entretanto, o tempo que lhe resta para governar não é tanto assim. Que projectos tem o seu governo para materializar por firma a estar apto a disputar o poder, para ganhar, em 96?

R — Basta que a gente consiga realizar o essencial do que consta da

facto de o processo de maturação dos grandes projectos estar praticamente concluído. Já lançámos o concurso para a maior parte dos grandes projectos, o que significa que tudo está completo, agora é só seguir em frente, avaliar as propostas, adjudicar e arrancar as obras. Isso dá-nos garantias de que conseguiremos realizar alguns dos objectivos estratégicos e estruturais que nos propusemos. Por outro lado, a dinâmica que os municípios têm tido revela que se meios forem postos à disposição deles será possível também realizar um grande número de estruturas e infra-estruturas que dêem satisfação às necessidades básicas sentidas pelas próprias populações, mesmo que sejam escolas, quartas, portas e janelas ou latrinas. Isso é muito importante para as populações e vamos continuar a fazer isso mesmo e a promover que os municípios os façam.

Combate à pobreza

P — E o tão falado programa de combate à miséria que poderia constituir-se em arma forte para conquistar uma grande parte do eleitorado cabo-verdiano?

R — De certa forma, o programa vem sendo realizado. Se ler o relatório de actividades, na parte que diz respeito ao desenvolvimento social e à assistência a vulneráveis, notará um conjunto de medidas tomadas em vários sectores, desde a assistência em si, passando pela educação, saúde, habitação, as quais se enquadram, efectivamente, num programa de combate à pobreza. É uma preocupação que está permanentemente em várias das medidas tomadas.

Nós, neste momento, já avançamos mais. Com o apoio do Banco Mundial, realizámos um estudo feito por consultores dessa instituição, um dos quais nacional, sobre a pobreza em Cabo Verde, o qual não só faz o diagnóstico da situação como propõe interessantes que serão discutidas numa mesa redonda, a realizar-se nos próximos meses, em Cabo Verde, com os nossos parceiros internacionais, sobre o combate à pobreza e o ambiente.

A partir dessa mesa redonda iremos formalizado o programa que já existe disperso pelos diversos ministérios e teremos também encontrado a sensibilidade dos diversos parceiros para apoiarem financeiramente o programa, cuja execução exige muito dinheiro. As previsões vão de 7 a 12 milhões de dólares por ano. Portanto, não podemos fazer isso só com os recursos internos. Todos reconhecem que o governo

Continua na pág. 10

Continuação
da pág. 9

“Quisemos estabelecer um pacto com a Nação cabo-verdiana”

já disponibiliza uma percentagem bastante elevada dos recursos para a área social, isto é, reconhecido pelas instituições internacionais, pelos consultores que cá vêm, reconhecido e escrito. Os recursos internos não nos permitem avançar e necessariamente teremos que ter a solidariedade ainda da comunidade internacional, numa perspectiva de não cultivar a mentalidade assistencial, mas de levar as pessoas, pelo menos aquelas que possam ser convertidas, a realizarem actividades geradoras de rendimento, que as libertem da dependência das FAIMO, que não é um trabalho dignificante.

P — Apesar de todos esses esforços, as oposições, na apreciação do relatório do governo, consideraram que nem tudo foi feito, tendo sido apontada, entre outros, os índices de desenvolvimento e as taxas de realização que consideram bastante baixas. Que pretende fazer o chefe do governo para inverter essa situação?

R — A oposição nunca fez taxas superiores a essas. Nós tivemos uma taxa de realização de 71% do programa de investimentos, sem contar com os grandes investimentos. Não estão os aeroportos, os portos de S. Vicente, do Fogo e da Brava, não estão os dessalinizadores da Praia e de S. Vicente nem o plano sanitário da Praia, projectos que estão em rampa final de lançamento.

Apesar disso, tivemos 71% e todos os gráficos que temos mostram que invertemos a tendência em termos de realização. Os números mostram que o investimento foi diminuindo nos últimos anos do regime anterior e que em 91 ainda estava com tendência decrescente e que em 92, 93 eleva-se de facto. O perfil é o de um taco de golfe.

P — Apesar disso, o PAICV e os independentes dizem que o MpD não está a governar bem e que, em 96, ele não constituirá a alternativa. Os independentes reafirmaram já a sua determinação em criar uma nova força política. Como encara essa possibilidade?

R — Que o criem, o mais depressa possível. Não temos nada contra.

Relacionamento com as câmaras

P — Antes de 96, temos o 95, ano das autárquicas. Neste momento, já está a brago com alguns conflitos nas câmaras. Como geri-los para tirar dividendos políticos no próximo ano?

R — Nós vamos gerir esses conflitos não para tirar dividendos políticos mas para que as câmaras possam efectivamente trabalhar e realizar aquilo que é

obrigação delas, a bem dos cidadãos e das comunidades. O nosso objectivo é o de evitar, ao máximo, os conflitos e tentar encontrar soluções de equilíbrio.

P — No caso concreto da Praia, em que há, de facto, uma minoria a sustentar a Câmara, do ponto de vista meramente legal, a Câmara não está legitimada pela Assembleia. Do ponto de vista político, não deveria a Câmara renunciar ao mandato?

R — Não, não deveria. Repare que a lógica é diferente. A câmara não depende da assembleia para se religitar, visto que ela é eleita directamente, no mesmo pé que a assembleia municipal, em igual título de legitimidade. A câmara não deve demitir-se. Pelo contrário, a assembleia é que deve assumir as suas responsabilidades. É que diferentemente do que acontece ao nível do poder central, a nível municipal não há esse relacionamento como existe entre o governo e a assembleia.

A responsabilidade pela atribuição à câmara dos instrumentos necessários à sua acção pertencem à assembleia, que pode não estar de acordo com uma proposta feita pela câmara de orçamento ou de programa. Nesse caso, altera-a totalmente, de acordo com a posição da maioria, mas não pode é recusar-se a dar-lhe esses instrumentos porque, se o fizer, não estará a assumir as suas responsabilidades já que só ela pode dar à câmara esses instrumentos. A câmara deve prosseguir a sua actividade até onde puder e penso que até fins de 94 pode fazê-lo perfeitamente, sucorrendo-se dos instrumentos do ano passado e a partir de 94, se efectivamente a assembleia não aprovar o programa de actividades e o orçamento, a situação tomar-se-á insustentável.

P — Está a admitir a hipótese de, hoje (sexta-feira, 3 de Junho), a assembleia municipal não aprovar esses instrumentos?

R — Não estou optimista em relação à assumpção pela assembleia das suas responsabilidades. A ajuizar pela postura do grupo do PAICV e do sr. presidente da Assembleia Municipal, penso que, realisticamente, não vão ser aprovados. Todavia, se o fizerem, será uma grata surpresa.

P — Sendo assim, estamos perante a iminência de eleições antecipadas na Praia ou será possível governar?

R — Julgo que sim, até fins de 94, a câmara pode perfeitamente funcionar. Em 95 se verá. Se não houver condições, o governo tem que analisar

a situação e se for necessário iremos para eleições antecipadas. Não temos outra solução. Só que, segundo algumas análises, isso será extremamente mau, pois iria levar a duas eleições autárquicas em 95, o que não é nada saudável, nem agradável. Mas tudo está nas mãos da assembleia municipal.

Em conclusão, a assembleia, como disse, pode não concordar com as propostas da câmara e, nesse caso, modifica-as, tem poder para o fazer, mas tem também que dar início dos instrumentos necessários — orçamento e programa.

Situação política e próximas eleições

P — Que análise faz da actual situação política em Cabo Verde e do seu evoluir, sempre na mira de 96?

R — Naturalmente que, em 95, entraremos em campanha eleitoral. O espectro político cabo-verdiano já é mais diversificado e penso que teremos, pelo menos, quatro partidos a concorrer. De toda a forma, o MpD vai conseguir a maioria absoluta nas próximas eleições, o que será bom para Cabo Verde. É bom para Cabo Verde que quem ganhe, ganhe efectivamente com maioria absoluta, sem prejuízo de quem ganhar dever efectivamente fazer uma política de diálogo social, mas prevejo que a luta ainda, em 96, se dê, essencialmente, entre o MpD e o PAICV. Penso que serão os dois maiores protagonistas, mas pensamos que poderemos ganhar com maioria absoluta.

P — E a não ser assim...

R — A não ser assim, terá que haver coligações naturalmente.

P — Estaria disposto a coligar-se com os independentes ou com o PAICV?

R — No momento próprio terá que se ver. Tem que haver uma proximidade de programas, de postura política.

P — Com todas as mágnas recentes, optaria pelo PAICV ou pelos independentes?

R — Tenha paciência, de toda a forma, creio que o PAICV está mais distante de nós. Dentro dos dissidentes há gente boa e há gente que talvez não seja tão boa. Penso que há gente em relação à qual nos sentimos relativamente próximos, embora tenhamos as nossas divergências. ■

Escândalo na desminagem

PÚBLICO, 12.6.94

AS NAÇÕES Unidas assinaram o maior contrato de desminagem para Moçambique com um consórcio que inclui companhias fabricantes de minas, o que já levou alguém a comentar que "uma das mãos lava a outra".

O contrato, no valor de cinco milhões de dólares (866 mil contos), é destinado à desminagem de dois mil quilómetros de estradas, na região central do país, e foi entregue ao consórcio formado pelas empresas britânicas Lonrho e Royal Ordnance e pelos fabricantes sul-africanos de armas Mechem.

O último parceiro do grupo tem estado envolvido na pesquisa e fabrico de minas para as Forças Armadas sul-africanas durante os últimos 26 anos. Sob o regime do "apartheid", a empresa Mechem forneceu grande número de minas antitanque e antipessoais à UNITA e à Renamo.

A Royal Ordnance, uma antiga empresa estatal fabricante de munições, foi privatizada e vendida à British Aerospace em 1987. Embora não tenha fabricado minas nos últimos 10 anos, estaria, segundo o jornal londri-

no "The Independent", disposta a retomar a sua produção em caso de acordo vantajoso.

No passado, a Royal Ordnance dispendeu largas somas do seu orçamento para pesquisa num projecto do ministério britânico da Defesa destinado a criar uma nova geração de sofisticadas minas antitanque. Aquelas minas, colocadas mecanicamente, poderiam ser activadas ou desactivadas à distância, conforme as necessidades.

Entregar a salvação ao carrasco

Ao cabo de mais de seis meses de discussões, e apesar dos protestos das organizações humanitárias, as Nações Unidas entregaram o contrato de desminagem para Moçambique ao consórcio Royal Ordnance-Mechem-Lonrho, causando um verdadeiro escândalo internacional.

A segunda conferência anual sobre minas das organizações não governamentais, realizada em Genebra, aprovou recentemente uma resolução proi-

bindo a atribuição de contratos de desminagem a companhias fabricantes de minas. "A ONU deve dar toda a sua atenção a esta questão e deve encontrar modos de trabalhar sempre com empresas de desminagem sem quaisquer vínculos com a indústria de armamento", comentou Tony Vaux, coordenador de operações de emergência da organização humanitária Oxfam.

Fontes das Nações Unidas indicam que, nos anos que se seguem, serão firmados contratos num valor superior a 30 milhões de dólares (5,2 milhões de contos) para a desminagem de Moçambique e de Angola.

Embora não se saiba ao certo quantas minas estão colocadas em território moçambicano, os peritos concordam que o seu número excede certamente um milhão, das quais mais de 90 por cento são antipessoais. Considerado um dos países mais minados do planeta, Moçambique não dispõe de recursos financeiros para levar a cabo a desminagem sem o apoio da comunidade doadora internacional. Uma campanha contra o uso de minas lançada pela organização Han-

dicap International vem preconizando a criação de um fundo da ONU para ajuda aos países afligidos por minas, fundo a sustentar pelos Estados que forneceram aquele armamento.

Os sapadores já encontraram em Moçambique 32 tipos de minas antipessoais e 19 tipos de minas antitanque, fabricadas por 15 países diferentes, incluindo Portugal. As minas foram colocadas ao longo de 30 anos de guerras sucessivas, não só pela Frelimo e pela Renamo, mas também por portugueses, rodesianos, zimbabueanos, sul-africanos e tanzanianos.

Responsáveis por mais de 10 mil acidentes durante a última década, as minas constituem um obstáculo muito sério à normalização da vida do país e continuam a matar semanalmente cerca de uma dezena de pessoas, na sua maioria camponeses. Calcula-se até que poderão continuar a matar e a mutilar durante mais uma década, mesmo com um programa nacional de desminagem avaliado em 30 milhões de dólares por ano. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Defesa da "portugalidade"

PÚBLICO, 12.6.94

"O REFORÇO da portugalidade e o regresso a São Tomé e Príncipe dos portugueses que já lá viveram" é um dos tópicos do novo partido Aliança Popular, disse ontem ao PÚBLICO o respectivo presidente, Carlos Espírito Santo, professor de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa na Universidade Moderna de Lisboa.

A devolução àqueles portugueses, ou aos seus filhos, dos bens agrícolas, comerciais e industriais que um dia tiveram no arquipélago equatorial é outro dos pontos de honra de Carlos Espírito Santo, de 42 anos, que há 18 vive em Lisboa, mas que se afirma "bastante informado" sobre o que vai pela terra natal, independente desde 1975.

"A presença de Portugal nos planos cultural e económico não é neocolonialismo, pois que deverá respeitar a soberania de São Tomé e Príncipe e a dignidade do seu povo. Mas nós somos um país afro-português. O corpo é africano, mas a alma é portuguesa. O crioulo falado localmente tem 93 por cento de participação lexical portuguesa e apenas sete por cento das línguas africanas", declarou.

"A nossa identidade cultural provém em 57 por cento de Portugal e só em 43 por cento

do continente africano, segundo estudos por mim efectuados", disse-nos o líder da Aliança Popular (AP), que foi legalizada no início deste ano e que pretende apresentar-se às eleições legislativas de 1995.

O vice-presidente daquela formação é um são-tomense branco, Olavo Malveiro, filho de portugueses, dentro do princípio de que não devem existir em São Tomé e Príncipe barreiras de ordem racial e que os brancos e os mestiços também têm direito a um destacado papel político, apesar de a maioria da população ser constituída por negros.

"Nós somos o único partido que tem três professores universitários (todos eles em Portugal): além de mim, o economista Armindo Ceita e o agrónomo Arlindo Lima. E quero destacar a figura da nossa secretária-geral, a engenheira química Feliciano Bonfim, que está em São Tomé, onde há um ano editou o primeiro número do jornal 'O País'. Ainda não saíram mais números porque não houve dinheiro", prosseguiu Carlos Espírito Santo.

"O Governo tem de financiar os partidos, pois que o salário dos militantes não dá para isso. Se o Governo não finan-

ciar os partidos, a democracia não funciona", alegou aquele político, que mantém uma atitude bastante formal e que não se deixa fotografar em mangas de camisa, por entender que um dirigente partidário são-tomense deve aparecer sempre de gravata ou de laço perante os seus potenciais eleitores.

Uma das iniciativas preco-

nizadas pelo líder da AP é um Conselho Supremo da Nação, que ajudasse o Governo, e que seria constituído pelo actual e pelo anterior presidentes da República, pelo primeiro-ministro Norberto Costa Alegre e pelos dirigentes de todos os partidos existentes no pequeno país, cuja população é da ordem dos 125 mil habitantes. ■ J.M.

UNITA ACEITA LUGARES DE DEPUTADOS — O Governo angolano e a UNITA concordaram ontem na capital da Zâmbia, Lusaca, na partilha do parlamento nacional, com o movimento rebelde a passar a dispor de 70 lugares, tantos quantos conquistou nas eleições gerais de 1992, disseram à agência britânica Reuter fontes próximas das conversações. "No contexto da reconciliação nacional, todos os 70 deputados eleitos pelas listas da UNITA nas eleições legislativas de Setembro de 1992 serão empossados nas suas funções na assembleia nacional", afirma-se num documento, aprovado pelas duas delegações às conversações, que se arrastam, sem resultados práticos, desde Novembro. O partido de Jonas Savimbi, que rejeitou os resultados de 1992, em eleições supervisionadas pela ONU e que os observadores internacionais consideraram "livres e justas", só preencheu 10 dos 220 lugares no parlamento, dizendo que tinha sido forçado a isso pelo Governo, que deteve alguns dos deputados, depois dos confrontos de Outubro de 1992 em Luanda. Governo e UNITA continuam com posições muito distantes quanto à participação do movimento rebelde no Governo do país e nos governos provinciais e ao estatuto de Savimbi.

PÚBLICO, 12.6.94

Início da campanha eleitoral

A campanha eleitoral para as primeiras eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau, marcadas para o próximo dia 3 de Julho, teve início no passado sábado.

Por enquanto, ninguém pode ter a certeza de quem irá governar o país nos próximos cinco anos, uma vez que tanto o PAIGC, no poder, como os partidos da oposição parecem estar convencidos da vitória nas urnas.

Com efeito, durante a longa pré-campanha, a confusão reinou, pois todos afirmam ter o maior número de pessoas a assistir aos respectivos comícios, não se sabendo ao certo onde é que começa a verdade e acaba a demagogia.

João Tadeu

Hélder Proença, membro do Bureau Político do PAIGC e um dos mais directos colaboradores de Nino Vieira, afirmou recentemente ao jornal português «Público» estar convencido de que facilmente o seu chefe chegará aos 60 por cento dos votos nas eleições presidenciais guineenses de 3 de Julho, não havendo necessidade de uma segunda volta.

O mesmo dirigente disse que nas legislativas, o partido que em 1973 proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau deverá conseguir uma votação da ordem dos 55 por cento, apesar de haver mais seis listas candidatas aos 100 lugares da futura Assembleia Nacional.

Quando questionado sobre a forte cartada que poderá constituir a União para a Mudança (UM), como coligação de seis partidos, Hélder Proença respondeu que se as forças da oposição julgarem necessário formar alianças, é precisamente devido à «força do PAIGC» que não será facilmente derrotável.

Quanto à eventualidade de um Governo de coligação, no caso de o partido que se considera maioritário ficar aquém dos 50 por cento, declarou que tudo depende dos resultados das eleições e que o seu grupo já está habituado à concentração, pois que não tem governado só com os respectivos militantes, mas também com «pessoas de outras sensibilidades políticas».

Outro político consultado, Amine Michel Saad, presidente do Partido Democrático do Progresso (PDP) e mandatário nacional da candidatura presidencial de Bubacar Djáló, líder da Liga Guineense de Protec-

ção Ecológica (LIPE), disse que a União para a Mudança procura conseguir um terço de deputados e forçar Nino Vieira a uma segunda volta.

A UM é presidida pelo decano da política guineense, Rafael Barbosa, líder da Frente Democrática Social (FDS) e congrega esta, a LIPE, o PDP, a Frente Democrática, de Canjura Indjai, o Partido da Renovação Democrática (PRD), de João da Costa, e o Movimento para a Unidade e Democracia (MUDE).

Segundo Amine Saad, que há quatro anos tinha boas relações com o actual chefe de Estado guineense e se apresentava também como amigo de Miguel Trovoada, antes de este haver conseguido a presidência de São Tomé e Príncipe, a UM espera conseguir bons resultados no Sul do país, designadamente na zona de Tombali, bem como nas regiões de Bafatá (Centro) e Gabú (Leste).

Rafael Barbosa, que foi o primeiro presidente do PAIGC e depois caiu em desgraça, por suspeita de conluio com o governador colonial António de Spínola, é o cabeça de lista na zona de Quinara, pela qual se elegem seis candidatos, no Sul, parte da Guiné-Bissau onde foi mais forte a luta pela independência, no fim da década de 60 e início da de 70.

Terceira figura política guineense contacta, Agnelo Regala, que com João da Costa e Manuel Rambot Barcelos constitui a tríade dirigente do PRD, manifestou dúvidas de que Nino Vieira consiga os votos suficientes para ir a uma segunda volta com Bubacar Djáló, filho de Cherno Rashid, uma respei-

tável figura da comunidade muçulmana, que tem grande peso na sociedade guineense.

Diversas outras figuras disseram também que uma eventual segunda volta das presidenciais poderia cair em Agosto, que na Guiné-Bissau é um «mês terrível», cheio de chuvas torrenciais, que alagam muitas terras e chegam a fechar o espaço aéreo.

Augusto Mendes, um dos vice-presidentes do FDS, considerou, por seu lado, que um eventual triunfo do PAIGC, em que diz não acreditar, significaria o «imobilismo, quando aquilo que o país necessita é de mudança, feita por quadros com provas dadas».

No seu entender, o conjunto de seis partidos congregados na UM, tem potencialidades para arrancar mais de um terço dos deputados e levar a uma segunda volta, com hipótese de vitória, o candidato muçulmano ecológico às presidenciais, Bubacar Djáló. Só não sabe se o adversário será então Nino Vieira ou outro dos quatro homens que também sonham com a Presidência da República.

Partidos reclamam dinheiro

Entretanto, o início da campanha eleitoral foi marcado por alguma polémica relativa ao financiamento dos partidos políticos.

Sem dinheiro, os partidos da oposição estão a aguardar que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) — órgão encarregado de preparar as eleições — e o Ministério das Finanças resolvam algumas dificuldades que têm surgido.

Quinhentos mil dólares (cerca de 42 mil contos) deveriam ter sido distribuídos pelos partidos até 10 dias antes do início da campanha, o que ainda na semana passada não se tinha verificado, estando neste momento por decidir se a coligação de seis formações terá direito a uma só «fatia do bolo» ou a meia dúzia.

De qualquer forma, observadores em Bissau constatarão que esta questão não tem impedido os partidos de desenvolverem uma actividade de pré-campanha, realizando comícios sensibilizando as populações para a importância das eleições.

Ao todo são oito candidatos que concorrem às presidenciais e 1.133 às legislativas, estes distribuídos por sete partidos e uma coligação de seis outros, que irão até 1 de Julho próximo, tentar convencer os 404.521 eleitores inscritos.

Seis sondagens credíveis — três partidos da oposição afirmam que terão 60 por cento dos votos — analistas que tem acompanhado o processo, dizem não se poderá de momento afirmar com qualquer certeza quem são as grandes ou pequenas formações.

Sabe-se, contudo, que há partidos menos importantes que outros, pois alguns deles afirmaram já que irão concorrer apenas para se dar a conhecer e não para ganhar.

Concorrem às presidenciais Antonieta Rosa Gomes, apoiada pelo Fórum Cívico Guineense-Social Democracia (FCG/MB), Kumba Lalá, pelo Partido da Renovação Social (PRS), Carlos Domingos Gomes, um independente apoiado pelo Partido da Convergência Democrática (PCD), João Bernardo Vieira, apoiado pelo PAIGC.

Apresentam-se ainda Domingos Fernandes Gomes, pela Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB), Victor Saúde Maria, pelo Partido Unido Social Democrata (PUSD), Bubacar Djáló, pela coligação União para a Mudança (UM), e François Kankoilá, pela Frente de Luta pela Independência nacional da Guiné (FLING).

Para os 100 assentos parlamentares da futura Assembleia Nacional Popular, apresentar-se-ão 1.133 candidatos que concorrem pelo PAIGC, RGB/MB, PSUD, FLING, FCG/SD, PCD, PRS e pela coligação UM.



Cimeira da OUA

Uma esperança chamada Mandela

PÚBLICO, 13.6.94

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, está hoje em Tunes para a sua primeira cimeira da OUA como Presidente da República da África do Sul, e este simples facto é uma das poucas coisas de que o continente se pode orgulhar durante a última década.

Cheia de dívidas, a Organização da Unidade Africana (OUA) foi até agora incapaz de resolver os problemas na Libéria, na Somália, em Angola ou no Ruanda, restando-lhe a satisfação de ter assistido ao fim do "apartheid" e ao triunfo de Mandela como paradigma de uma justiça desde há muito aguardada.

Criada no início dos anos 60 para lutar pela independência dos territórios africanos que ainda não a haviam alcançado e para a unidade de todo o continente, a organização viu gorados muitos dos seus intentos, pois não conseguiu resolver de forma eficiente a questão da autonomia saravi nem uma série de outros problemas.

Por isso, a OUA é hoje uma instituição que já não tem a popularidade nem o prestígio das duas primeiras décadas da sua existência e tem de se apegar aos poucos casos em que tem havido um relativo êxito, como foram os das eleições, nos últimos anos, na Namíbia e na África do Sul.

São 53 os países que fazem parte da organização, mas entre eles há experiências tão diversas como a marroquina, a libia, a etíope e a sul-africana, para já não falar nos conflitos que proliferam

do Sudão ao Ruanda e na persistência de regimes militares como o nigeriano.

A África já percorreu um grande caminho desde que, há 40 anos, alguns políticos e partidos começaram a trabalhar pela independência de territórios como o Senegal, o Gana e a Costa do Marfim, mas está ainda muito aquém de tudo aquilo com que sonhava há três décadas.

Numerosas experiências foram frustrantes e a independência da Eritreia colocou em causa o princípio da preservação das fronteiras herdadas do colonialismo, pelo que ninguém pode garantir hoje que no próximo século não haja uma Casamansa ou uma Cabinda livres.

Por tudo isto, a festa à volta de Mandela e do Governo da Unidade Nacional que foi possível formar na África do Sul terá de fazer esquecer os 62 milhões de dólares que a maioria dos países-membros deve à organização e as muitas incertezas quanto ao futuro da mesma.

Talvez que os devedores estejam agora à espera que os sul-africanos entrem com grande parte do dinheiro de que a OUA carece, devido às numerosas quotas em atraso. Mas a verdade é que Pretória se preocupará em primeiro lugar com as questões que tem na sua primeira esfera de influência, a começar pelo Lesoto, antes de eventualmente pagar as dívidas de países tão distantes como a Líbia ou o Sudão. ■ J.M.

UNITA quer mais casas

PÚBLICO, 13.6.94

A UNITA ampliou ontem para 1100 o total de residências e de instalações partidárias a serem-lhe atribuídas pelo Governo angolano, em nova contraproposta nas longas conversações sobre logística, noticiou de Lusaca a enviada da agência Lusa, Luísa Ribeiro. Fontes das conversações declararam a proposta "inaceitável", aparentemente tanto do ponto de vista do Governo como da mediação e dos observadores. Está entretanto na capital zambiana o sul-africano Sean Clearly, tido como conselheiro da UNITA para questões políticas, militares e económicas. Enquanto isto, a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora de Jonas Savimbi, disse que "a cidade do Cuíto faz lembrar Roterdão na II Grande Guerra", com bombardeamentos em que estariam a ser utilizadas armas químicas. ■

Fracasso à vista

PÚBLICO, 15.6.94

OS PAÍSES da Organização de Unidade Africana (OUA) deram prioridade à resolução do conflito no Ruanda na 30ª cimeira que termina hoje em Tunes, mas são poucos os que acreditam que se obtenham resultados, até porque os Estados-membros estão divididos.

Ontem, os chefes de Estado de quatro países vizinhos do Ruanda — Zaire, Uganda, Burundi, Tanzânia e Quênia — reuniram-se à porta fechada para discutir os termos de um cessar-fogo a apresentar às partes em conflito numa guerra civil que opõe a etnia hutu à tutsi. Esta guerra tribal, que eclodiu em Abril deste ano, já fez 500 mil mortos, na sua grande maioria civis.

No final da reunião não houve declarações, mas alguns dos participantes afirmaram que, mesmo que haja uma declaração conjunta sobre a situação no Ruanda, a verdade é que os países africanos estão profundamente divididos sobre a questão.

O Presidente zaireense, Mobutu Sese Seko, defendeu o Governo ruandês (controlado pelos hutu, que constituem a minoria da população do país), enquanto que o Uganda apoiou abertamente os guerrilheiros tutsi da Frente Patriótica do Ruanda. Pelo que era pouco o optimismo quanto à possibilidade do cessar-fogo ser aceite.

"Estas conversações são uma perda de tempo. [Para pôr fim à guerra do Ruanda] tem que haver um vencedor no terreno. E isso seria um alívio para todos nós", afirmou à Reuter um alto responsável de um país da África Ocidental.

A acentuar o pessimismo sobre uma solução para a guerra civil no Ruanda, o Presidente interino do país, Theodoro Sindikubwabo (na cimeira como observador), proferiu um discurso agressivo para com os tutsi. Sindikubwabo — que pouco antes tinha feito um apelo à Frente Patriótica no sentido de se dar início a negociações directas entre tutsis e o Governo hutu — afirmou que os guerrilheiros "querem exterminar os hutu". Um discurso descrito pelos jornalistas como o de alguém nada comprometido com o início de um processo de paz.

Esta cimeira era considerada pelos analistas como um teste à capacidade de a organização resolver os problemas

africanos. A OUA, fundada nos anos 60 para lutar pela independência dos países sob o regime colonial, viveu um período áureo nos primeiros dez anos de vida. Depois tornou-se num organismo estéril, incapaz de resolver os principais conflitos de África — Libéria, Somália, Angola e agora o Ruanda. Pelo que, o fracasso da cimeira poderá reforçar o desprestígio da organização, que, para os analistas, carece de redefinir estratégias para cumprir outro dos seus objectivos: a unidade do continente africano.

Para já, o único sucesso da cimeira foi a "reconciliação" entre a Nigéria e os Camarões, que disputam entre si a península de Bakassi, e que quase se envolveram numa guerra. Os presidentes dos dois países reuniram-se durante quatro horas, ao fim das quais saiu o compromisso de iniciarem em breve negociações em Lomé.

Mas algumas coisas estão a mudar. Sinal disso, foi o facto de, pela primeira vez na história recente da organização, os chefes de Estado não terem abandonado a cimeira findo o primeiro dia de trabalhos. Um facto que é extremamente relevante, uma vez que reflecte que os países africanos estão conscientes de que ou se esforçam por resolver os conflitos, ou o continente mergulha ainda mais no caos e na pobreza. Apenas os Presidentes egípcio, Hosni Mubarak, e senegalês, Abdou Diouf, abandonaram Tunes na segunda-feira.

Esta não "deserção" deve-se contudo a outro factor: à presença de Nelson Mandela, recentemente eleito como primeiro Presidente negro da África do Sul. Alguns dos participantes afirmaram mesmo que foi Mandela que atraiu a Tunes tantos chefes de Estado — 42 dos 53 países-membros.

Mandela deu início a um vasto programa de contactos — 30 encontros privados com líderes africanos. Ontem de manhã, reuniu-se com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, numa entrevista que é considerada como o primeiro passo de Mandela para mediar o conflito em Angola. Logo a seguir, foi a vez de Mobutu, que parece estar a fazer o papel de "mensageiro" entre Eduardo dos Santos e a UNITA de Jonas Savimbi (que não participa na cimeira). ■

Cimeira dos Sete: Angola, não esquecer

PÚBLICO, 17 6 94

Alvaro de Vasconcelos*

Em finais de mês, reunir-se-á em Lisboa a cimeira dos chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos. É um acontecimento em si mesmo importante e propõe-se institucionalizar uma comunidade de países de língua portuguesa, o que lhe dará, e acontecer, acrescentada importância. Para que cumpra a sua ambição, para que não seja ainda um outro momento de retórica eventualmente inspirada e certamente sentida, é preciso que os seus promotores não tomem a comunidade lusófona como coisa abstracta, desligada dos desafios concretos, com relevância para os diferentes países e os diferentes projectos regionais em que se inserem.

A comunidade lusófona não pode ser, como alguns utopistas de sonhos quintos impérios desejariam, uma construção vaga e vazia nem uma alternativa passadista à integração de cada um dos países nos seus respectivos espaços regionais, seja a União Europeia, o Mercosul, ou a África Austral, numa relação nova entre Angola, Moçambique e a África do Sul. É para arrefecer entusiasmos exclusivistas que, apesar da sua pouca expressão, vão surgindo por aí, basta ouvir o que qualquer político ou homem de negócios brasileiro tem a dizer sobre quão importante é a pertença de Portugal à União Europeia para conferir nova dimensão às relações entre os dois países. E não vale a pena repisar a importância que Lumé tem para os países africanos, ou o quanto valorizam o papel de Portugal em matérias semelhantes.

Deve inacover-se esta cimeira na tendência para a construção de múltiplos espaços de associação, não excludentes e abertos, que permitam que Portugal, membro da União Europeia, participe, com o Brasil e

os países de língua castelhana, nas cimeiras ibero-americanas e apoie a iniciativa brasileira da criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa. Vista assim, a comunidade de língua portuguesa servirá para reforçar também as posições dos participantes nos respectivos processos de integração. É para que, por exemplo, no actual debate sobre a "hierarquia" das línguas e das culturas, estejamos numa posição mais forte para defender a multiculturalidade e a importância de o português e o castelhano, línguas que projectam a Europa para espaços que com ela têm fortíssimas afinidades, continuarem a ser línguas oficiais da União.

É esta a iniciativa diferente da comunidade lusobrasileira instituída por Paulo Cunha há quarenta anos certos, rejeitada aliás pelos sectores mais nacionalistas do regime, e que nada tem de semelhante com a comunidade afro-brasileira, de pesadas conotações, proposta em 1964 pelo general Castelo Branco, que acabou de interromper, a golpe militar, o curso do processo brasileiro. (Tal como as cimeiras ibero-americanas nada têm a ver com "o grande bloco ibero-americano", ao lado da Comunidade Britânica, preconizado por Salazar, perante a perspectiva de formação de uma entidade política europeia.) Mas não se perde nada em ter presente que as duas trazem tão mais recor-

Anunciam-nos a paz para breve e, no entanto, ainda não vimos José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi sentados à mesma mesa, ou "passeando no parque", procurando encontrar solução para a questão de que depende a paz em Angola. Enquanto isto não acontecer, que garantias pode haver de que existirá finalmente paz em Angola?

dações, é porque, então, uma viviam em ditadura e outros em regime colonial.

É preciso ter bem presente que a reunião cimeira é hoje possível, com a dimensão que pretende, porque, apesar de todas as diferenças, aumentou o grau de convergência política entre os Sete com a consolidação da democracia em Portugal e no Brasil, nos anos 70 e 80, e com as mudanças políticas na África lusófona, que permitiram já a instauração de regimes plurais em Cabo Verde e São Tomé.

Do sucesso das transições na África lusófona dependerá o sucesso da comunidade de língua portuguesa. Os chefes de Estado e de Governo que vierem a Lisboa não deixarão de ter isto em consideração. Não poderão, igualmente, passar por cima do facto de que um dos Sete continua a viver em estado de guerra — uma guerra "em português".

Resta apenas, dizem-nos, para que se chegue a acordo em Luanda e para que a guerra chegue ao fim, "uma questão" a resolver, embora essa questão seja do tamanho do controlo administrativo do território. Anunciam-nos a paz para breve e, no entanto, ainda não vimos José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi sentados à mesma mesa, ou "passeando no parque", procurando encontrar solução para a questão de que depende a paz em Angola. En-

quanto isto não acontecer, que garantias pode haver de que existirá finalmente paz em Angola? Para dar apenas um exemplo, africano, e salvas as devidas distâncias, não se encontraram cara a cara, vezes sem conta, De Klerk e Mandela?

A concertação política e diplomática entre os Sete que se encetar com a cimeira de Lisboa não poderá deixar de dedicar-se à questão angolana porque, sem paz em Angola, a comunidade lusófona será sempre uma construção imperfeita. É bom não esquecer Angola exactamente porque, no maior dos países africanos de língua portuguesa, o que está em jogo — a paz, os direitos humanos e, esperemo-lo, a democracia — é de tal importância que condiciona o apoio público a esta iniciativa.

Os governos dos Estados lusófonos têm obrigação não só de congregar os seus esforços em solidariedade com Angola mas de mobilizar nesse sentido e na medida das suas forças as instituições de que fazem parte, em apoio dos esforços das Nações Unidas e dos observadores. Uma manifestação concreta desse seu esforço seria por exemplo dar corpo à ideia já expressa de constituição de uma força militar lusobrasileira, no quadro das Nações Unidas, vocacionada para actuar em apoio dos processos de paz ou transição na África lusófona.

Não há comunidade, qualquer que ela seja, sem solidariedade. Não devem pois esquecer os portugueses (e todos os outros, naturalmente) que a construção da comunidade de língua portuguesa começa justamente dentro de Portugal, dentro de cada país — começa na integração, como cidadãos de pleno direito, dos imigrantes de língua portuguesa. Brasileiros e africanos, no nosso caso. ■

* Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Apenas a 16 dias das eleições

PÚBLICO, 17 6 94

OS OITO candidatos às eleições presidenciais da Guiné-Bissau e os 1113 candidatos a deputados indigitados por sete partidos e uma coligação, a União para a Mudança (UM), formada por seis grupos políticos, estão já há seis dias em plena campanha eleitoral para os dois actos simultâneos, que se realizam no dia 3 de Julho.

A cidade, que este ano caiu mais cedo, fez adiar comícios, mas não diminuiu o entusiasmo e o percurso das caravanas partidárias. A campanha tem sido marcada por peripécias peculiares e por rumores de todo o tipo, mas é opinião generalizada que o processo eleitoral tem decorrido com civismo, tanto nos comícios organizados em todo o país como nos tempos de antena na rádio e televisão.

Quatro grupos — o PAIGC (no poder), a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá, o Partido da Convergência Democrática e o Partido Unido Social-Democrata — viram indeferido pelo Supremo Tribunal um protesto contra a forma como foram distribuídas as verbas destinadas ao financiamento dos partidos. A Comissão Nacional de Eleições decidiu, na segunda-feira, distribuir 100 mil dólares pelos oito candidatos presidenciais e

400 mil pelos partidos candidatos, incluindo cada um dos que entraram em coligação.]

Rumores de adiamento

Uma das surpresas da preparação das eleições foi a convocação, dois dias antes do início da campanha, da Assembleia Nacional e o objectivo de esta fazer "um balanço de cinco anos de actividade". Uma reunião que preocupou a oposição, que denunciou que a verdadeira intenção do Governo era adiar as eleições por alegada falta de verbas.

Um antigo ministro da Educação, Manuel Rambot Barcelos, candidato às legislativas pela União para a Mudança, afirmou numa conferência de imprensa estar na posse de informações de que o poder pretendia bloquear o processo eleitoral. Citando uma "fonte diplomática segura", Barcelos advertiu para o perigo que constituiria o desembarque de armas no Cacheu, numa "altura em que se caminha para eleições democráticas e a oposição não tem armas".

As forças da oposição procuram convencer os eleitores concentrando o seu discurso naquilo a que chamam a "desgovernação do PAIGC". Têm posto

em destaque o "atraso e o isolamento" do país e falam na corrupção dos actuais governantes.

"Nino" Vieira, o Presidente cessante, defende-se, comparando as realizações do seu regime ao "atraso em que os colonialistas deixaram a Guiné". Num dos seus últimos comícios, voltou a este argumento, dizendo que se os "colonos" voltassem ao país teriam vergonha de si próprios ao constatar "o tanto que se fez em tão pouco tempo".

Na última sessão da Assembleia, o líder do PAIGC felicitou o seu Governo pela qualidade da gestão aplicada, destacando o ministro das Finanças, o go-

vernador do Banco Central e o primeiro-ministro. Para Nino Vieira, o facto de delegações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional se irem deslocar a Bissau nas vésperas das eleições para negociar o Programa de Ajustamento Estrutural significa que o executivo é credível.

João Bernardo Vieira — que concentra em si não só a sua campanha como a do partido que há 20 anos administra a Guiné-Bissau — tem feito um enorme esforço para melhorar a imagem do regime, apelando constantemente à paz e ao diálogo, ao mesmo tempo que insiste na necessidade da participação de todos na edificação "de uma nação forte e unida". ■

António Soares Lopes, em Bissau